



## PODER

# Discurso de soberania contra EUA e os Bolsonaro

Em reação à decisão norte-americana de classificar PCC e CV como terroristas, Lula afirma que governo Donald Trump não pode brincar com a democracia brasileira e que o país não é uma "republicueta". Presidente também acusa Flávio de "traidor da pátria"

» ÁNDREA MALCHER  
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Ricardo Stuckert / PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva elevou o tom, ontem, após os Estados Unidos classificarem o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas. Ele enfatizou que o governo norte-americano não pode tratar o Brasil como uma "republicueta" nem brincar com a soberania e a democracia do país. Também disparou críticas ao seu principal adversário nas eleições, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a quem chamou de traidor da pátria.

Lula disse que Flávio "não tem vergonha na cara de trair a nossa pátria e ir nos Estados Unidos pedir intervenção americana no Brasil". "Se ele fosse pedir intervenção para prender miliciano, eles ficariam presos lá", cutucou, em evento em Sergipe. "Estão incomodados porque eles sabem que vou vencer a eleição outra vez."

O chefe do Executivo declarou estar "muito triste" com a postura dos EUA e reconheceu que PCC e CV, de fato, são "terroristas para as comunidades brasileiras", mas "não são os terroristas que Trump quer". "Não aceitamos ser tratados como moleques, como uma republicueta", ressaltou. Ele lembrou da aprovação da Lei Antifacção e pediu que o Senado aprove a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. O presidente também citou que a decisão americana pode ter impactos no sistema financeiro brasileiro.

Lula voltou a cobrar que a gestão Trump entregue ao Brasil o deputado cassado Alexandre Ramagem, condenado pela participação na trama golpista. Também pediu que seja extraditado para o país o empresário Ricardo Magro, do Grupo Refit, suspeito de fraudes bilionárias no setor de combustíveis.

"Estou muito triste hoje com a notícia de que o secretário dos Estados Unidos da América do Norte, um tal de Marco Rubio, disse que nossos criminosos aqui são terroristas e que os americanos podem fazer intervenção", disse Lula. "O Trump quer o Osama Bin Laden de não sei das quantas, e nós queremos os terroristas brasileiros que estão lá."

O presidente disse que as armas contrabandeadas para o país são de origem norte-americana. Também contou que, na visita a Trump, no começo do mês, foi entregue um documento em que o Brasil se coloca "disposto a trabalhar para combater o crime organizado". "E vamos começar pelo seu estado de Delaware que tem lavagem de dinheiro de brasileiro", frisou Lula. "Vamos começar entregando o Ramagem que está condenado a 16 anos e está escondido lá. Vamos começar



**Não tem vergonha na cara de trair a nossa pátria e ir aos EUA pedir intervenção americana no Brasil"**

**Luiz Inácio Lula da Silva,**  
*presidente da República, em acusação a Flávio Bolsonaro*

### » Dificil reversão

A porta-voz do governo americano, Amanda Roberson, negou, ao Estadão, que a decisão sobre as facções tenha sido influenciada por pedidos de políticos brasileiros, incluindo o pré-candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro. De acordo com ela, a medida resultou de um processo interno conduzido pelo governo Trump desde o início deste mandato e não implicará ações militares nem sanções contra empresas que não tenham vínculo com as facções. Ela afirmou, ainda, que, "normalmente, designações desse tipo não são revertidas", ao ser questionada sobre a possibilidade da reversão da classificação.

entregando o maior contrabandista de combustível desse país, Ricardo Magro, que a Polícia Federal e a Receita apreenderam quase 250 milhões de combustível contrabandado, foi dado à Petrobras, e ele está morando em Miami. Eu entreguei para o Trump o nome dele e a fotografia da casa dele. Quer combater o crime organizado? Entregue os nossos que estão lá nos Estados Unidos", afirmou.

Para o vice-presidente Geraldo Alckmin, Flávio tentou se desvencilhar do envolvimento com o caso Master criando um factóide. "O que eu lamento nesse episódio é que, infelizmente, membros do clã Bolsonaro pensam mais em si do que no país", reprovou, durante agenda em Caraguatatuba (SP). "Então, para sair desse tema do Banco Master, o maior caso de corrupção e sonegação de tributos, ficam gerando factóides, fatos novos para desviar a atenção da questão do Banco Master, que é gravíssima do ponto de vista de corrupção e de sonegação", emendou.

Conversas divulgadas pelo Intercept Brasil mostraram que Flávio negociou com o dono do Master, Daniel Vorcaro, R\$ 134 milhões para, supostamente, financiar o filme *Dark Horse*, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. As revelações fizeram o pré-candidato à Presidência cair nas pesquisas de intenção de voto.

Alckmin avaliou que a decisão deve ser ineficaz no combate ao crime e poderá ter impactos econômicos negativos. "Isso é ruim para o Brasil. Pode ter consequências na área do sistema financeiro,

### Duas listas

PCC e CV estarão em duas listas de organizações terroristas. A primeira que trata de organização global é elaborada pelo Departamento de Estado e é mais inclinada para dar início a ações de combate também na esfera financeira contra a facção. Já a segunda de organização terrorista estrangeira é oficializada também pelo Departamento de Estado e serve para instruir apurações criminais e coibir imigrações ilegais.

na área da economia. Não vai resolver nada em termos de combate ao crime e pode prejudicar a economia", lamentou.

Segundo Alckmin, o combate ao crime organizado "é feito por terra, mar e ar". "O Congresso acabou de aprovar a Lei Antifacção, novos crimes foram listados, aumento das penas ao crime organizado e dificuldade da progressão penitenciária, da progressão de pena", elencou.

### Risco ao Pix

O Palácio do Planalto, por sua vez, publicou nota que critica

tanto a decisão dos Estados Unidos quanto o clã Bolsonaro. O comunicado ressaltou que o Brasil tem combatido as ações do PCC, CV, outras facções e milícias que "praticam o terrorismo nos territórios em que vivem milhões de famílias".

"Enfrentar essas organizações criminosas com firmeza é, e continuará sendo, prioridade do Estado brasileiro", disse a nota. Acrescentou ser "deplorável" que integrantes da família Bolsonaro "viajem aos Estados Unidos para defender intervenção estrangeira no Brasil".

Também no comunicado, o Planalto destacou que a soberania nacional é inegociável. "O Brasil rejeita qualquer forma de interferência externa em seus assuntos internos. Medidas unilaterais, não negociadas, podem enfraquecer o combate aos criminosos e gerar ações que colocam em risco a vida das pessoas que nada têm a ver com o crime. Podem reduzir a capacidade de compartilhamento de informações entre as polícias. Podem afetar nosso sistema financeiro e inovações nacionais como o Pix, que incomodam interesses estrangeiros", enfatizou.

Assinada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a nota do Planalto foi produzida ontem após uma reunião interministerial. Participaram do encontro os ministros Míriam Belchior (Casa Civil), Mauro Vieira (Relações Exteriores), Dario Durigan (Fazenda), Sidônio Palmeira (Comunicação Social).

## Interesses americanos

O objetivo dos Estados Unidos com a designação do PCC e do CV como terroristas é, supostamente, facilitar o congelamento de ativos do narcotráfico, a investigação e o monitoramento de membros das facções, a troca de informações de inteligência, a aplicação de sanções financeiras, o banimento de vistos e a criminalização do apoio material, com armas, dinheiro ou treinamento, entre outros.

Embora a lei americana não autorize ataques militares a partir de tal designação, é comum que organizações tachadas de terroristas sejam alvo militares dos EUA fora de seu território. O presidente Donald Trump vem sendo questionado também por não pedir aval do Congresso ou do Conselho de Segurança das Nações Unidas para ataques militares. Algo similar ocorreu na Venezuela.

Antes da operação militar em Caracas para capturar Nicolás Maduro, os EUA designaram como terroristas as facções venezuelanas Tren de Aragua e Cartel de Los Soles. O Departamento de Justiça dos EUA chegou a acusar formalmente Maduro de liderar Los Soles, mas depois recuou.

O argumento do combate ao narcotráfico foi usado pelo governo Trump para posicionar embarcações e aeronaves no Mar do Caribe. Eles bombardearam barcos de pequeno porte acusados de transportar drogas, sem que tenham demonstrado a atividade ilegal ou violenta deles, e posteriormente serviram de base para o ataque que derrubou Maduro.

Interlocutores da diplomacia citam ainda o risco de que o sistema financeiro brasileiro seja alvo de sanções americanas, por causa do fluxo de dinheiro do crime organizado, mesmo que bancos não tenham conhecimento da origem ilícita dos recursos.

Para o professor de relações internacionais da ESPM Leonardo Trevisan, sanções econômicas podem ocorrer. "E são muito danosas. Empresas podem vir a ter algum vínculo com facções, mesmo que indireto, e serem punidas. Isso, sim, é real", aponta ele, que não crê em invasão ao país.

Luís Renato Vedovato, professor de direito internacional da Unicamp, vai na mesma direção. "O que pode ocorrer são bloqueios de bens, atuação mais específica em relação a bancos brasileiros, algum tipo de proibição do Pix. Parece mais desculpa para atacar questões econômicas no Brasil que possam estar incomodando ou motivando ideológica para dar apoio a um candidato", frisou.

### Deu no

#### The New York Times

O jornal americano destacou que a medida adotada pelo governo Trump foi antecedida por "meses de lobby agressivo dos filhos do ex-presidente preso Jair Bolsonaro". A publicação também chamou atenção para os possíveis reflexos econômicos da decisão sobre o sistema financeiro brasileiro.

#### Washington Post

O diário seguiu linha semelhante e associou a medida à política de endurecimento adotada por Trump contra grupos criminosos latino-americanos. Afirmou que integrantes do governo Lula interpretam a decisão "como uma interferência em favor de seu rival".

#### FT FINANCIAL TIMES

O jornal britânico enfatizou os potenciais impactos econômicos e diplomáticos. Disse que a classificação pode "tensionar as relações com o Brasil" e aumentar o monitoramento internacional sobre operações financeiras consideradas suspeitas pelas autoridades americanas.

#### EL PAÍS

A publicação espanhola ressaltou que integrantes do governo Lula demonstram preocupação com a possibilidade de ampliação da influência jurídica e econômica dos EUA sobre instituições do país uma vez que a ação "poderia abrir caminho para uma intervenção militar".

#### FRANCE 24

A emissora francesa ressaltou o componente ideológico presente no debate sobre as facções e disse que, "do ponto de vista político, a designação terrorista é uma afronta clara a Lula", especialmente após o presidente brasileiro deixar uma reunião recente com Trump "muito satisfeito".

#### ALJAZEERA

A emissora do Catar relacionou o anúncio à aproximação política entre Trump e a família Bolsonaro. Relembrou que "Trump já interveio na política brasileira em favor da família Bolsonaro", ao mencionar medidas comerciais adotadas anteriormente pelos EUA contra o Brasil.